

# AS DIMENSÕES DO PODER DE NOMEAR NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO\*

JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES\*\*

JOSÉ AUGUSTO BAGATINI\*\*\*

*Naming is power (Hope A. Olson).*

**Resumo:** Considerando que o poder não é algo uno, mas multifacetado e, muitas vezes, se manifesta de formas quase imperceptíveis, busca-se desmistificar a questão do poder na Organização e Representação do Conhecimento (ORC), no intuito de propiciar uma reflexão ética sobre suas manifestações, características e desdobramentos/consequências e evidenciar as manifestações de poder na ORC. Para tanto, parte-se do conceito de poder, a partir de Michel Foucault para discutir como se dá a relação de entre poder e representação, em aspectos relativos à natureza referencial da representação no Tempo e no Espaço (Guimarães 2017), ao poder de nomear (Olson 2002) e às relações de poder nos arquivos (Schwartz e Cook 2002). Isso leva a desdobramentos e impactos desse poder envolvendo aspectos como o epistemicídio (El Hadi, Elbeely e Abdelwahab 2023), a natureza hegemônica da memória (Le Goff 1994). Chega-se, assim a um conjunto de dimensões de poder em ORC, nomeadamente: poder de nomear, poder de evidenciar e de monumentalizar, poder de ocultar, poder de segregar, poder de ordenar, poder de categorizar, poder de preservar, poder de mediar, poder de conceder acesso, e poder de difundir e de socializar. Conclui-se que o conhecimento e a consciência dessas dimensões de poder pelos profissionais envolvidos em atividades de ORC constitui elemento fundamental para evitar eventuais riscos de desvios éticos que possam, entre outros aspectos, levar a impactos sobre direitos e liberdades individuais e sobre a memória coletiva e a identidade nacional.

**Palavras-chave:** Ética; Organização e Representação do Conhecimento; Preconceitos; Poder; Justiça informativa.

**Abstract:** Considering that power is not something unique, but multifaceted and often manifests itself in almost imperceptible ways, we seek to demystify the issue of power in the Knowledge Organization and Representation (KOR), with the aim of providing an ethical reflection on its manifestations, characteristics and developments/consequences and highlighting the manifestations of power in the KOR. To this end, we start from the concept of power, based on Michel Foucault, to discuss how the relationship between power and representation occurs, in aspects related to the referential nature of representation in Time and Space (Guimarães 2017), the power to name (Olson 2002) and power relations in archives (Schwartz and Cook 2002). This leads to developments and impacts of this power involving aspects such as epistemicide (El Hadi, Elbeely e Abdelwahab 2023), the hegemonic nature of memory (Le Goff 1994). Thus, we arrive at a set of dimensions of power in KOR, namely: power to name, power to highlight and monumentalize, power to hide, power to segregate, power to order, power to

---

\* Os autores agradecem à Capes e ao CNPq (Proc. 304515/2024-8).

\*\* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-2331>.

\*\*\* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Universidad Carlos III de Madrid (UC3M) – Espanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8830-2075>.

*categorize, power to preserve, power to mediate, power to grant access, and power to disseminate and socialize. It is concluded that knowledge and awareness of these dimensions of power by professionals involved in KOR activities is a fundamental element to avoid possible risks of ethical deviations that may, among other aspects, lead to impacts on individual rights and freedoms and on collective memory and national identity.*

**Keywords:** *Ethics; Knowledge Organization and Representation; Power; Prejudices; Informative justice.*

## INTRODUÇÃO

A abordagem do «poder de nomear» enquanto objeto de uma reflexão de natureza ética pressupõe que se considere, preliminarmente, a perspectiva sociocultural que, notadamente a partir do início do presente século, passou a permear as discussões na área de Organização e Representação do Conhecimento – ORC. Essa perspectiva, fortemente pautada nas ideias de Birger Hjørland (2002a; 2002b; 2004; 2008; 2017), reforça a necessidade de se considerar o contexto em que se efetivam os processos, instrumentos e produtos da ORC como elemento determinante de sua performance e de seus efeitos, especialmente em virtude da diversidade cultural desse contexto. Para tanto, além das variáveis espaço-temporais, importante se torna considerar as idiossincrasias das comunidades envolvidas (do produtor, do «intérprete» e do usuário desse conhecimento).

No universo da International Society for Knowledge Organization – ISKO, especialmente no que se refere às conferências internacionais que ocorrem a cada dois anos, algumas delas merecem especial menção em virtude de seu tema central coadunar-se mais fortemente com a perspectiva sociocultural da organização do conhecimento. Nesse sentido, merecem especial destaque temas como: os desafios e perspectivas da ORC, em busca de uma integração além fronteiras (ISKO, Granada, 2002); cultura e identidade na ORC (ISKO, Montréal, 2008) e «o compromisso da ORC com um planeta sustentável em que o conhecimento é compartilhado para subsidiar uma sociedade conectada» (ISKO, Rio de Janeiro, 2016). A isso se aliam, especialmente no âmbito ibero-americano, temas de conferências nacionais e/ou regionais. No caso da ISKO-Brasil, destacam-se, especialmente: o compromisso com a diversidade cultural (ISKO, Marília, 2015) e a responsabilidade da ORC na promoção de sociedades democráticas e inclusivas (ISKO, Belém do Pará, 2019). No caso do capítulo de ISKO Espanha e Portugal, tem-se a dimensão humana da ORC (ISKO, Barcelona, 2005), a ORC no *Horizonte 2030* (ISKO, Lisboa, 2021), a ORC nos campos documental, patrimonial e social (ISKO, Madrid, 2023) e, honrosamente, neste evento (Porto, 2025), tem-se a discussão dos desafios éticos na ORC.

Para Hope Olson (2002), a perspectiva sociocultural da ORC pressupõe o reconhecimento da diversidade como elemento que lhe é intrínseco, bem como da

natureza sugestiva (e não prescritiva, como já se acreditou anteriormente) dos sistemas de ORC, cujo propósito reside antes em promover uma intercomunicação do que em «normalizar» representações.

Na literatura internacional da área, a perspectiva sociocultural vem sendo tradicionalmente abordada a partir de conceitos como: a garantia e a hospitalidade cultural em sistemas de ORC (Beghtol 2002; Beghtol 2005), a ética transcultural de mediação (García Gutiérrez 2002), a busca pela universalidade da representação sem sacrificar a diversidade e os contextos locais (López-Huertas 2008), a reformulação do conceito de «aboutness» como algo dependente do contexto (Campbell 2000), assim como o reconhecimento das metáforas como veículo de sentido para comunidades específicas (Pinho e Guimarães 2012). Especial destaque merece o trabalho pioneiro de Sanford Berman (1971), ao evidenciar a presença de preconceitos e antipatias em sistemas de ORC, no caso, especificamente no *Library of Congress Subject Headings* em temas relativos a pessoas (raças, nacionalidades, grupos étnicos, religiões, gênero, etc.).

Mas foi notadamente a partir da obra seminal de Hope Olson, intitulada *The Power to Name* (Olson 2002)<sup>1</sup> que a reflexão se deslocou dos vieses presentes na estrutura dos instrumentos para a reflexão ética que deve permear a ação humana quando no desenvolvimento dos processos de ORC. Para tanto, a autora cunhou a expressão «poder de nomear»<sup>2</sup> («power to name»), em que defende que o profissional da informação possui um poder, que lhe foi conferido pela sociedade, por conta de sua formação profissional, para nomear conteúdos documentais criando, assim, substitutos de conhecimento («surrogates of knowledge»), nos quais a sociedade se pautará quando em busca por informações. Para a autora, nomear é uma maneira de estabelecer poder, intencionalmente ou não, e igualmente é uma oportunidade para promover a mudança social.

Desse modo, e tendo por premissa que o poder não é algo uno, mas multifacetado e, muitas vezes, se manifesta de formas quase imperceptíveis, objetiva-se, neste trabalho, desmistificar a questão do poder na ORC, propiciando uma reflexão ética

<sup>1</sup> O livro de Olson (2002) encontra consonância com: a) o livro *The Dismissal of Miss Ruth Brown: civil rights, censorship, and the American library* (Robbins 2000), que descreve a demissão, em 1950, da bibliotecária Ruth W. Brown da Biblioteca Pública de Bartlesville, Oklahoma, em virtude da acusação de haver feito circular «material subversivo» por conta de seu trabalho de promoção de igualdade racial por meio da formação de um grupo afiliado ao *Congresso de Igualdade Racial* dos Estados Unidos; b) o filme *Storm Center* (Estados Unidos, 1956), dirigido por Daniel Taradash e estrelado por Bette Davis, que conta a história de Alicia Hull, bibliotecária em uma pequena cidade da Nova Inglaterra, que se recusa a retirar do acervo um livro considerado comunista pelo conselho municipal, o que causa consequências de sua decisão; e c) o artigo *Archives, records, and power: the making of modern memory* (Schwartz e Cook 2002), que busca descaracterizar o disseminado mito da imparcialidade, neutralidade e objetividade do arquivista para demonstrar que os arquivos são instrumentos de poder, visto controlarem o passado de uma sociedade, por privilegiar algumas narrativas em detrimento de outras, sendo os arquivistas elementos integrantes dessa narrativa, o que lhes confere certo poder sobre memória e identidade. Os autores inclusive destacam que «os arquivos não são meros e passivos depósitos [...] mas locais ativos em que o poder social é negociado, contestado e confirmado» (Schwartz e Cook 2002, p. 1).

<sup>2</sup> Segundo a autora, a escolha do termo «nomear» decorre do fato de ele trazer consigo a conotação de controle da representação de assunto e, por decorrência, do acesso (Olson 2002, p. 4).

sobre suas manifestações, características e desdobramentos/consequências. Assim, e decorridas mais de duas décadas da obra seminal de Hope Olson (2002), cumpre-nos refletir sobre os desdobramentos e manifestações que esse «poder de nomear», de natureza complexa e multifacetada, assume, especialmente quando se tem por foco o processo de representação do conhecimento, em arquivos e bibliotecas. Isso, por sua vez, pressupõe que se considerem, em especial, os contextos envolvidos.

## 1. A QUESTÃO DO CONTEXTO

No âmbito do percurso histórico da literatura internacional da ORC, observa-se, de início, uma tônica de natureza mais ontológica relativamente ao fenômeno do conhecimento e de sua organização, como se pode verificar nas obras de Ingetraut Dahlberg, fundadora da ISKO, pautadas nas concepções aristotélicas e com forte base nas ideias de Ranganathan e, relativamente à dimensão conceitual da ORC como campo de estudos, a ela se referia como uma ciência voltada para a estruturação e o arranjo sistemático das unidades de conhecimento (os conceitos) segundo as características que lhes são inerentes (Dahlberg 1993; Dahlberg 2006). Tal concepção vai ao encontro da denominada teoria do conceito, igualmente concebida por Dahlberg (1978).

Para Dahlberg (1978) o conceito deriva de um conjunto de predicados (características) que ocorrem simultaneamente em uma dada entidade, sendo que tais conceitos estabelecem, entre si, relações de diversas ordens. Para a autora «a categorização formal dos conceitos — objetos, fenômenos, processos, propriedades, relações — tem importância na formação de sistemas e na combinação dos mesmos», de onde decorre a importância intrínseca da ORC (Dahlberg 1978, p. 101).

Se, por um lado, tem-se essa perspectiva mais ontológica da ORC, pautada primordialmente nos conceitos e em sua estrutura, tem-se, notadamente a partir dos anos 90 do século XX, a inclusão de um novo olhar — ressalte-se, não conflitante com o anterior — que passa a considerar os contextos como um elemento que fortemente influencia a configuração e a organização dos conceitos. Tem-se, assim, o olhar epistemológico, que passa a considerar, também, a natureza e os limites do conhecimento e, principalmente, as relações que se estabelecem entre o sujeito cognoscente e o contexto do conhecimento que se organiza.

Fortemente liderada por Birger Hjørland, essa perspectiva, no âmbito da ORC, pauta-se no conceito de domínio — e de sua análise — enquanto um constructo socialmente situado (Hjørland e Albrechtsen 1995; Hjørland 2002a; Smiraglia 2012). Desse modo, aspectos de natureza sociocultural passam a ser considerados no desenvolvimento dos processos, produtos e instrumentos de ORC, tais como os sujeitos, as culturas, os valores, as teorias, bem como as delimitações espaço-temporais envolvidas (Guimarães 2017). Tais aspectos, por sua vez, podem ser sintetizados na noção de contexto

O contexto, como destacam Mota e Kobashi (2019) situa-se no cerne da Pragmática, que tem por objeto o estudo do uso que se faz das expressões linguísticas em um dado contexto, o que leva a alterações de significado em função das situações em que se inserem. Abrangendo tanto uma dimensão física (de natureza espaço-temporal), quanto social (de natureza cultural e linguística), o contexto incorpora elementos inerentes aos atores de um processo comunicativo, tais como crenças, expectativas e valores (Van Dijk 1977; Edmonds 1999).

No caso dos processos de ORC — de natureza comunicativa, por definição — Mota e Kobashi (2019) afirmam que a noção de contexto se desdobra em contexto de criação e contexto de consumo. A isso, pode-se acrescentar um contexto de organização e representação, pois esse processo comunicativo somente se efetiva a partir da interlocução entre os contextos do produtor (autor) e do destinatário (usuário), mediada pelo contexto do profissional da informação.

Desse modo, incorporar a questão do contexto aos processos de ORC permite que se chegue a produtos (substitutos de conhecimento, na concepção de Olson (2002)) mais ricos e precisos, conferindo-lhes mais sentido, a partir de um enriquecimento semântico e pragmático de dados contextuais, o que afetará positivamente o processo de busca e recuperação da informação (Mota e Kobashi 2019).

O reconhecimento do aspecto contextual ocupa a centralidade da denominada abordagem sociocultural da ORC, que busca não apenas compreender e representar os conceitos em si mesmos mas, e principalmente, entender como esses conceitos refletem — e interagem com — os atores envolvidos, em uma dinâmica que evidencia que essa representação se manifesta de forma contínua e helicoidal, na medida em que um conhecimento produzido é representado para propiciar a construção de um novo conhecimento o qual, uma vez materializado e socializado, será novamente tratado para subsidiar a construção de um novo conhecimento, em um movimento contínuo ao longo do tempo (Barité 2001; Guimarães 2008).

Por sua vez, e como já mencionado, esse reconhecimento do aspecto contextual da ORC, pressupõe o reconhecimento dos valores envolvidos, e, especialmente no que se refere ao profissional responsável pela efetivação dos processos ou, ainda, do desenvolvimento e utilização dos instrumentos e da geração dos produtos, uma reflexão — e uma abordagem — de natureza eminentemente ética.

## **2. A DIMENSÃO ÉTICA DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO**

A ética constitui área de estudos no campo da Filosofia que tem por cerne os valores, a conduta e as regras relativamente à vida do homem em sociedade, envolvendo conceitos como: bem, ação correta, dever, obrigação, virtude, liberdade, racionalidade e escolha. Assim, e enquanto uma doutrina dos costumes, ocupa-se dos objetos

morais em todas suas formas, englobando questões como o comportamento moral (sempre permeado pela liberdade de escolha) e os valores morais (Sánchez Vásquez 1975; Martins 1994; Severino 1994; Blackburn 1997; Srour 1998; Ferrater Mora 2001).

Remontando à Antiguidade Clássica, a ética aristotélica centrava seu objeto na busca do homem pela felicidade, felicidade essa que, na ética medieval, era entendida como a busca por Deus. Com o Iluminismo, vem à tona a questão do livre-arbítrio, chegando-se, no século XVIII, à construção, por Kant, do conceito de imperativo categórico como norteador das ações éticas, entendido como a essência da norma moral, em que o bem deve ser buscado em si mesmo. Para tanto, pauta-se na liberdade, razão pela qual a vontade é autônoma, e não como meio para se alcançar alguma outra coisa, e parte da ideia da boa vontade como um bem supremo, que se pauta pela liberdade, razão pela qual a vontade é autônoma<sup>3</sup>. Historicamente, o estudo da ética pode ser dividido em quatro doutrinas: Ética grega (sofistas, Sócrates, Platão, Aristóteles, estoicos e epicuristas); Ética Cristã Medieval (Ética Religiosa, Ética Cristã Filosófica); Ética Moderna (Ética Antropocêntrica no Mundo Moderno, Ética de Kant); e Ética Contemporânea (de Kierkegaard ao Existencialismo, Pragmatismo, Psicanálise e Ética, Marxismo, Neopositivismo e Filosofia Analítica) (Sánchez Vásquez 1975; Weckert e Adeney 2000).

Na Idade Contemporânea, vale dizer, mais especificamente a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, com o desenvolvimento mais nítido da sociedade capitalista, a questão ética passa a atingir mais fortemente os segmentos profissionais (em muitos casos, herdando elementos das corporações de ofício medievais), o que leva à necessidade de se averiguar não apenas as questões técnicas e operacionais relativas às profissões ('como' fazer), mas também os objetivos e a inserção social dessas profissões ('por que' e 'para que' fazer), dando lugar à denominada «ética profissional» que, em última análise, reflete uma dimensão cotidiana da ética, no ambiente do desenvolvimento das relações de trabalho.

A ética profissional, por sua vez, também denominada deontologia<sup>4</sup>, passa a assumir duas vertentes, sendo uma de natureza axiológica, relativa ao estudo dos valores inerentes a um dado entorno profissional ou ramo da atividade humana, e outra de natureza normativa, quando esses valores assumem uma dimensão de regras de conduta, materializando-se em códigos de ética profissionais. Ambas as dimensões

<sup>3</sup> Vale destacar que o conceito de moral pressupõe o estudo de valores contextualmente considerados, ou seja, situados no tempo e no espaço, ao passo que a ética constitui uma reflexão mais ampla sobre os valores em si.

<sup>4</sup> A deontologia representa um conjunto de preceitos, de ideias, um elenco de determinações objetivas, instruções operacionais a serem seguidos pelos membros de uma categoria profissional visando garantir a uniformidade na realização de um trabalho e ação do grupo. Trata-se, pois, de uma orientação com o objetivo de (bem) guiar a conduta profissional (princípio ético aplicado à conduta profissional), já que cada categoria profissional é responsável pela elaboração e estabelecimento de suas normas de conduta (Rasche 2005; Souza 2007).

buscam alcançar um ‘agir profissional correto e adequado’ para com a sociedade em que aquele segmento profissional se insere.

Trazendo a questão para a universo informacional, essa dimensão ética encontra especial ênfase nas questões afetas ao uso da informação, às tecnologias de informação e aos sistemas de informação, e derivam das escolhas e juízos envolvidos, em especial quando se depara com interesses conflitantes. Nesse âmbito, questões como acesso, propriedade, privacidade, segurança e democracia constituem alguns dos dilemas que se colocam aos profissionais da informação e ao público (Smith 1997).

Guimarães (2000), nessa seara, identifica cinco níveis de compromissos éticos dos profissionais da informação, em especial arquivistas e bibliotecários: com a informação propriamente dita (seu conteúdo, sua proveniência e confiabilidade), com o usuário (suas necessidades e expectativas), com o contexto institucional (seus objetivos, sua missão e suas limitações), com a profissão (sua reputação enquanto coletivo) e com o profissional em si mesmo (seus valores, crenças e sua reputação individual)<sup>5</sup>.

No âmbito específico da ORC, essa dimensão ética, relativamente aos processos, produtos e instrumentos envolvidos, pressupõe o reconhecimento de alguns riscos — ou perigos — que podem ocorrer, tais como: a) «tendenciosidade» na representação dos conceitos (Berman 1971); b) a negligência do indexador no momento da escolha dos termos de indexação (Dahlberg 1992); c) os danos sofridos pelo autor quando sua obra não chega a ser compilada por uma publicação internacional em virtude de uma indexação inadequada ou insuficiente (o que, no limite, levaria a uma dimensão de responsabilidade civil) e o problema de uma subordinação tendenciosa de conceitos (como por exemplo, nas relações hierárquicas em tesouros e em índices) (Berman 1971; Guimarães 2006); d) a representação a partir de sistemas que refletem um discurso produzido por um universo acadêmico e por um público majoritário, deixando claras as fragilidades de ambas as estruturas em fazerem frente a necessidades informacionais de segmentos mais específicos, que podem tornar-se invisíveis (Silva 2004).

Guimarães (2006, p. 72), categoriza e exemplifica alguns problemas especificamente no âmbito da representação do conhecimento: a) preconceitos (ex.: «Lesbismo use Desvios sexuais»); b) categorizações dicotômicas (ex.: «Religiões cristãs X Religiões não-cristãs», reforçando um paradigma de preponderância ou de normalidade e revelando uma certa dose de proselitismo); c) linguagens de indexação em uma visão de mundo específica (ex.: sistemas de classificação pautados no paradigma

---

<sup>5</sup> Como destaca Samek (2008, pp. 59-60): «Os especialistas da informação têm uma responsabilidade moral para com os usuários, em um nível *micro* (os indivíduos), *meso* (as instituições) e *macro* (a sociedade)».



do WASP – *white, protestant and anglo-saxon man*); d) falta de precisão terminológica (ex.: «substituição da expressão igrejas protestantes por igrejas evangélicas»; e) polissemia (ex.: uso indistinto do termo e da notação única para Classificação para sua ocorrência nas áreas de Arquivologia e de Biblioteconomia); e f) desrespeito ao politicamente correto na indexação (ex.: uso do termo «Usuários deficientes» em vez de «Usuários com necessidades especiais»), entre outros.

Tudo isso, como já afirmado, evidencia um poder que se manifesta em atividades de representação do conhecimento, como a indexação, denominando por Olson (2002) como o já mencionado «poder de nomear». Esse poder, por sua vez, não se restringe à atividade do indexador na escolha de termos para fins de representação mas se estende às representações propriamente ditas uma vez que os substitutos de conhecimento («surrogates of knowledge») mencionados pela referida autora trazem, consigo, uma dimensão de poder que lhes é intrínseca.

### 3. A QUESTÃO DO PODER

O termo Poder vem do latim *potere*: o direito de deliberar, agir e mandar e também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância, ou ainda, a posse do domínio, da influência ou da força. Traçar a origem das reflexões acerca do tema pode ser descrito como algo impossível, uma vez que tal assunto está, como preconizado por Herb (2013), posto à humanidade desde que a mesma começou a refletir sobre si. Todavia, o referido autor chama atenção para a definição de Max Weber (1922), que pode ser utilizada como ponto de partida por investigações que buscam a compreensão do Poder. Weber (1922, p. 16) caracteriza o poder «como cada chance de impor, dentro de uma relação social, a vontade própria mesmo contra relutância, não importando em que essa chance se baseia».

Muitas outras definições sobre o tema podem ser recuperadas, proporcionando, portanto, uma abundância de interpretações que se condicionam ao espaço e ao tempo de seus proponentes. Sobre isso, Byung-Chul Han (2019), em sua obra *O Que é Poder? (Was ist Macht?)*, sublinha que ainda existe um caos teórico que paira sobre o termo Poder. Para alguns, significa opressão, enquanto, para outros, um elemento construtivo da comunicação; ora é associado à liberdade, ora à coerção; baseia-se na ação conjunta ou, para outros, tem relação com a luta; para um grupo, é marcada a diferença entre poder e violência, enquanto para outro, a violência não é outra coisa senão uma forma intensiva de poder; assim é o poder, ora associado com o direito, ora com o arbítrio.

Em busca de compreender o poder no contexto moderno, Herb (2013, p. 268) aventa indagações como «O que é, então, poder? Sempre algo ameaçador? Depende de repartições públicas? Concede charme e carisma? Mostra-se em instituições? Ou



se esconderia dentro de sistemas e atrás de muros?». Busca então, o autor, respostas nas contribuições de Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault, destacando o fato de os quatro autores estarem conectados pela tendência de situar o poder para além do bem e do mal, em uma certa apologia do poder, enquanto o que os separa são as bases de suas defesas, bem como as concepções do modo como poder e direito, ser e dever, se relacionam.

Especificamente de sua leitura de Foucault, Herb (2013) destaca que o filósofo francês busca compreender o tema a partir das margens da sociedade, e usa o termo poder para nomear uma situação complexa de uma sociedade e tem sua origem na passagem do século XVIII para o XIX, quando, para Foucault, nasce um novo tipo de poder, junto com o indivíduo moderno. Complementarmente, Brígido (2013, pp. 9-60) destaca que para Foucault, não existe o poder *per se*, mas, sim, relações de poder, que estão distribuídas e agindo em toda a sociedade, em todos os lugares e em todas as pessoas. Desse modo, o poder envolve todos os indivíduos, impedindo que se considerem independentes ou alheios às relações de poder.

Sobre seu próprio trabalho, Foucault (2014, p. 102) pontua que «não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro. [...] Trata-se de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, onde se torna capilar». Essa captura se refere especificamente às formas e instituições, em configurações regionais e locais. Isso pressupõe considerar mais especialmente a corporificação desse poder em técnicas que se valem de instrumentos de intervenção material, tais como as instituições educacionais, penais e médicas, entre outras. Esse poder, por sua vez, deve ser analisado como algo que circula e que só funciona e se exerce em cadeia, nunca localizado espacialmente, nunca especificamente detido por alguns e nunca apropriado como riqueza ou bem. Ademais, esse poder não se aplica especificamente a indivíduos mas passa por eles, de tal modo que o indivíduo passa a ser um dos efeitos do poder e, simultaneamente, seu centro de transmissão. Para o referido autor, o poder não se localiza no aparelho de Estado, mas corporifica-se nos mecanismos que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado — administração pública, exército, polícia, tribunais e prisões por exemplo — a um nível muito mais elementar, cotidiano — qualificados como «subpoderes/micropoderes» (Foucault 2014).

À vista do exposto, cumpre caracterizar unidades de informação — especificamente arquivos e bibliotecas — como mecanismos de poder, sobretudo no espectro caracterizado por Foucault (2014) como «subpoderes/micropoderes», assim como os profissionais da informação enquanto veículos/agentes de poder.

No que diz respeito à relação das unidades de informação com o poder, pode-se dizer que os processos de coleta, processamento, organização e disponibilização de informações em arquivos e bibliotecas estão sujeitos às relações de poder, uma vez

que se estabelece, de maneira explícita ou implícita, qual informação deve passar pelos referidos processos. Tem-se, portanto, o poder na seleção da informação que deve ser coletada, processada, organizada e disponibilizada, ou, ao contrário, tem-se poder na decisão que delimitará qual informação não será coletada, não será processada, não será organizada e não será disponibilizada.

O poder se manifesta também em situações de revisão da informação contida em uma unidade de informação, tal como ocorreu com a bibliotecária Ruth Winifred Brown, demitida no ano de 1950, após 30 anos de serviços prestados como bibliotecária pública de Bartlesville, Oklahoma. A demissão de Ruth, segundo Robbins (2000), ocorre, aparentemente no primeiro momento, por circulação de material subversivo na biblioteca. Entretanto, indica a autora, que Brown foi demitida, na verdade, por ter se tornado ativa na promoção da igualdade racial e ajudado a formar um grupo afiliado ao Congress of Racial Equality (Congresso de Igualdade Racial). Tal exemplo possibilita que se perceba a ação do poder vigente influenciando diretamente o fazer do profissional da informação e também a oferta de uma informação específica em uma unidade de informação. Em outras palavras, pode-se identificar, no caso de Ruth Brown, como o profissional e a própria instituição podem ter sua autonomia cerceada (no enfrentamento e não adoção do pretendido) ou moldada (no caso de aceitar passivamente a relação de poder imposta)<sup>6</sup>.

Mais tarde, Hope Olson (2002), em sua obra *The Power to Name*, explora como se estabelecem as relações de poder, intermediadas pelos «substitutos de conhecimento» («surrogates of knowledge»), entre instituição e profissional da informação, por um lado, e «usuário de informação», por outro. Dessa relação, preconiza a autora, podem surgir situações que culminem em danos diretos a indivíduos ou grupos, sobretudo, quando há vieses embutidos nessas representações. Esse problema, segundo Olson (2002), possui dois aspectos principais: o papel dessa representação no reflexo de valores sociais e a falta de neutralidade nesse processo. Cumpre destacar que tais representações vão além da organização semântica e podem afetar, inclusive, a disposição física dos documentos e, por consequência, o acesso, como é ilustrado pela autora quando cita o relato de Judy Grahm sobre a busca por material sobre homossexualidade em uma biblioteca de Washington, D. C., caso em que os livros sobre o tema eram trancados em uma área isolada e somente professores, médicos, psiquiatras e advogados poderiam acessá-los.

No que diz respeito aos arquivos enquanto instituições, Schwartz e Cook (2002) destacam que estes sempre estiveram relacionados ao poder — do estado, da igreja,

---

<sup>6</sup> Tal fato é retratado na obra de Taradash, diretor do filme ficcional *Storm Center* (*No Despertar da Tormenta*, em português). No filme, mais enfaticamente referindo-se ao clima vigente do período do Macarthismo, a acusação se coloca relativamente a um livro comunista.

da corporação, da família, do público ou do indivíduo — refletindo e estabelecendo relações de poder e atuando como base para a validação de narrativas que dão coesão e significado a indivíduos, grupos e sociedades. Com isso, estão suscetíveis a privilegiar ou marginalizar, a atuarem como ferramentas de hegemonia ou resistência, a constituírem espaço de empoderamento e expressão ou a se configurarem como instrumento de restrição e repressão. Caracterizam-se, portanto, como *locus* de poder do presente para controlar o que o futuro saberá do passado, sempre atuando como intersecção espaço-temporal. Arquivos nunca foram neutros, e desde sua origem excluíram sistematicamente registros de mulheres, por exemplo, e foram agentes voluntários na criação do patriarcado bem como deram suporte a ações contra grupos marginalizados (Schwartz e Cook 2002).

Em coro com o proposto por Olson (2002) sobre os substitutos de conhecimento, Schwartz e Cook (2002) destacam que os documentos de arquivo também se relacionam com o poder, uma vez que visam a impor controle e ordem em transações, eventos, pessoas e sociedades por meio do poder legal, simbólico, estrutural e operacional da comunicação nele gravada.

Pode-se afirmar, portanto, que o documento, enquanto representação, constitui, a materialização de um poder que flui por meio do indivíduo — profissional da informação, enquanto veículo de poder — e também da instituição. Representar é, desse modo, lançar ao campo de batalha semântico uma interpretação de mundo em que, a partir das escolhas, pode-se reafirmar a hegemonia de um paradigma dominante ou entrar em colisão com esse *status quo*.

As unidades e os profissionais da informação passam a ser, então, tanto fruto do poder quanto agentes de poder e, por decorrência, a unidade de informação acaba por constituir-se em um acúmulo de decisões tomadas, com reflexos na sociedade como um todo, seja no próprio indivíduo profissional da informação seja no indivíduo ‘usuário’ de informação. Tal processo ocorre de maneira complexa e não linear, mas que, em questão de acúmulo, apropriação e reconstrução do conhecimento, pode ser representado a partir do já mencionado helicóide, como sugerido por Guimarães (2008).

Considerando que a ORC centra seus processos e instrumentos na sistematização e expressão de saberes em geral materializados e socializados em documentos, cabe recordar que não há saber neutro visto estar sempre enredado em relações de poder. Desse modo, saber e poder interagem constantemente na medida em que um saber reflete uma estrutura de poder e o exercício de um poder leva a um lugar de formação do saber (Machado 2007; Mostafa e Sabbag 2016, p. 19). Isso, por sua vez, leva a refletir, especificamente no âmbito da ORC, sobre as dimensões que o «poder de nomear» assume, as quais podem se prestar tanto à inclusão quanto à exclusão, como se vê a seguir.

## 4. DOS PODERES INCLUSIVOS EM ORC

Os poderes inclusivos na ORC são aqueles em cujo exercício o profissional age conscientemente e pautado por compromissos éticos de distintas ordens para promover um acesso o mais diversificado possível à informação, com especial atenção à diversidade cultural e à importância de que também os discursos não dominantes encontrem representação e ‘acolhimento’ no sistema.

### 4.1. O poder de mediar

*No culture can live if it attempts to be exclusive* (Mahatma Gandhi).

Mediação é a busca do ponto de encontro entre o enunciador e o receptor, lugar que se estabelece graças a uma terceira pessoa ou a um conjunto de técnicas, ferramentas, mensagens ou interfaces que acompanham o receptor de modo a facilitar-lhe a compreensão por meio da compreensão de sentidos, podendo levar a uma mudança (de ações, de representações, etc.) de sua parte. Ela vai além da mera transmissão para ser também um lugar onde se reencontram o coletivo e o individual, as diversas instituições e seus públicos, que se apoiam em imaginários coletivos, revelando a relação de um indivíduo com sua cultura (Caune 1999; Liquiète 2010). Nesse contexto, a ORC atua especificamente na construção de ‘pontes’<sup>7</sup> que possam propiciar o processo comunicativo entre o autor e o usuário e, como consequência, entre um conhecimento originalmente colocado e o novo conhecimento que será construído a partir de seu acesso e uso.

É importante que essa ‘ponte’ que se estabelece na mediação, por meio do desenvolvimento dos processos representacionais como a indexação, a classificação, a descrição, ou a condensação documental, entre outros, seja construída de maneira sólida (coerente em ambas as direções) para que reflita o conteúdo da informação produzida pelo autor e que esse conteúdo faça sentido ao(s) usuário(s). Para tanto, o profissional responsável por essa mediação deve estar consciente de seu papel de estabelecer uma comunicação entre universos culturais, permeados, por sua vez, pelos valores, as idiosincrasias, e a linguagem de cada um. A isso, se alia — e não pode ser ignorado — a presença do próprio universo cultural do profissional.

Antônio García Gutiérrez (2002), em um trabalho seminal, refere-se a uma ética transcultural de mediação, referindo-se aos profissionais da informação como «mediadores da exomemória»<sup>8</sup> (Gutiérrez 2002, p. 516) e promotores de uma epis-

<sup>7</sup> Como destaca Liquiète (2010), a mediação associa e concilia duas partes muitas vezes distantes, estabelecendo a comunicação.

<sup>8</sup> Ao explicar o conceito de exomemória, García Gutiérrez (2018, p. 109) assim se manifesta: «Nosso mundo fixa os cimentos de sua identidade cultural, dos discursos políticos, das expectativas de futuro, dos conhecimentos adquiridos e de praticamente toda a sua memória, em inscrições. A acumulação de tais inscrições, sobre as que se incorporam

temografia<sup>9</sup>. Esses profissionais devem operar pautados por uma ética transcultural que forneça um legítimo suporte à construção de memórias externas (exomemórias, para o autor) valendo-se de estruturas transculturalmente aceitáveis, assim como de um conjunto de regras que lhe auxiliem a detectar preconceitos de natureza racial, étnica, de gênero ou de outra ordem (García Gutiérrez 2002, p. 519).

Torna-se necessário, portanto, que se dirija rumo a uma nova infraestrutura social pautada por princípios epistemológicos, éticos e técnicos de ORC em que não haja prevalências de um discurso sobre outro nem de uma cultura sobre outra, e sem privilegiamentos de categorias de usuários, revelando que cada entidade em um sistema seja dotada de sua própria força centrífuga que permita promover uma coerência intrassistêmica (García Gutiérrez 2002, p. 521).

## 4.2. O poder de evidenciar e de monumentalizar

*O documento é monumento* (Le Goff).

O poder de evidenciar e de monumentalizar decorre do fato de que os substitutos documentais, ao cristalizarem e se proporem a originalmente perpetuar representações, constituem não apenas documentos (enquanto materialização de uma representação) mas, indo além, constituem monumentos, e essa monumentalidade decorre de uma intencionalidade do autor — no caso, o profissional responsável pela representação — pautada em um contexto situado espaço-temporalmente e permeado por todo um conjunto de valores culturais. Isso conduz a uma inserção nos lugares de memória, garantindo aquilo que Smit e Barreto (2002) denominam como «permanência no tempo» (Le Goff 1994; Rabello 2009).

Como destaca Rabello (2009, p. 100): «O monumento como manifestação (voluntária ou involuntária) do passado torna-se monumento porquanto interessa à memória coletiva para trazer junto dele um ‘inconsciente cultural’, ou seja, uma intencionalidade inconsciente».

O monumento encontra-se relacionado ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, por meio de uma preservação de registros das sociedades enquanto um legado à memória coletiva. Tem-se, pois, uma construção objetivada, ou seja, para dar conta de uma finalidade específica de tal modo que se pode dizer que a

---

exponencialmente — e a cada instante — novas inscrições digitais, nós a chamamos “exomemória”. O conceito de exomemória recupera um sentido antrópico, ético e político ausente na documentação em seus princípios positivistas.».

<sup>9</sup> A epistemografia é o conjunto de estudos, ferramentas, práticas e resultados relacionados à organização descolonizada do conhecimento em redes globais de intercâmbio. Uma epistemografia é a representação ou mapa conceitual de um único documento, a partir de categorias autonarrativas ou heteronarrativas (sempre que a heteronarração seja descolonizante), como a construção de todo um sistema no qual as estruturas e conteúdos daqueles documentos seriam ligados e articulados para outro sistema de representação que lhes daria visibilidade mundial através de uma língua franca digital (outra ferramenta epistemográfica) (García Gutiérrez 2018, p. 110).

representação nomeada constitui um novo documento e monumentaliza, para fins de ocupar espaço nos lugares de memória, uma concepção, uma visão de mundo.

O documento/monumento é fruto de uma ação selecionada que preserva um dado momento social, ou seja, uma memória social que se retém por meio das representações (Dodebei 2000).

Desse poder de monumentalizar decorre um outro poder — o de evidenciar — quando se tem a oportunidade de, na representação, trazer à tona temáticas muitas vezes abordadas de forma secundária ou mesmo *en passant* mas que, por conta do efetivo conhecimento das necessidades informacionais da comunidade usuária e da informação disponível a respeito em um acervo, o profissional opta por trazer tal representação à tona.

### 4.3. O poder de categorizar

*Qui se ressemble s'assemble* (provérbio francês).

Categorizar é agrupar objetos, ideias e ações por critérios de semelhança e, por decorrência, pelo estabelecimento de diferenças, levando à criação de um conhecimento novo<sup>10</sup>. Essa temática remonta à Antiguidade Clássica, quando Aristóteles estabeleceu as categorias substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, ação, paixão para a caracterização de algo. Ademais, na concepção o referido filósofo, uma definição se estrutura a partir da identificação do gênero próximo (critério de semelhança) e da diferença específica. Essa concepção aristotélica foi trazida ao universo dos sistemas de ORC, como as categorias concreto, processo e delimitação geográfica (Kaiser 1911), personalidade, matéria, energia, espaço e tempo (Ranganathan 1933) ou ainda aquelas expressas nas tabelas auxiliares de língua, lugar, tempo, raça, forma, na Classificação Decimal Universal (Dubuc 1965).

Nesse contexto, a *Teoria da Classificação Facetada*, desenvolvida por Ranganathan para a organização de material bibliográfico, a partir da *Colon Classification*, rompeu com uma sistemática de classificação descritiva, pautada na organização tradicional dos assuntos nas diferentes disciplinas, para «mapear uma área de assunto independentemente de como este se encontra estruturado na literatura», permitindo a inclusão de novos assuntos (Campos, Gomes e Oliveira 2013, p. 1). Nessa tônica, a partir de 1952, o *Classification Research Group*, em Londres, desenvolveu a denominada *Classificação Facetada*, expandindo as categorias fundamentais de Ranganathan.

---

<sup>10</sup> Ocorre que essas semelhanças e diferenças não são absolutas, ontológicas, mas dependem de questões contextuais, que variam no tempo e no espaço. Assim, por exemplo, anteriormente o autismo era comumente categorizado como doença mental, ao lado da esquizofrenia e hoje se tem claro que o autismo se refere a formas a comportamento neurológico, ao lado do TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), por exemplo.

A categorização constitui um processo mental inerente à atividade humana como ponto de partida para o processo cognitivo. Desse modo, as palavras constituem rótulos de representação de um processo de categorização. A categorização é, portanto, fundamental tanto para a interação do homem em sociedade — para que possa se comunicar coerentemente — quanto para o armazenamento e recuperação de conhecimentos, seja em sua memória, seja em unidades de informação. Hoje se tem claro que a categorização, enquanto processo, transcende a dimensão individual para revelar-se em «um processo cultural e social de construção da realidade», a partir das informações oriundas de nosso contexto e da forma como a elas respondemos (Lima 2010, p. 109).

À vista disso, pode-se afirmar que existe, no operador dos processos de ORC, um «poder de categorizar» conteúdos tematicamente, poder este que lhe é conferido pela sociedade em virtude de sua *expertise*. E essa categorização constitui uma lente pela qual o conteúdo informacional será percebido pelo usuário, razão pela qual deve ser metodologicamente construída a partir de critérios de coerência e consistência, evitando, o máximo possível, vieses que possam ‘embaçar’ essa lente e, por decorrência, prejudicar a ‘leitura’ pelo usuário<sup>11</sup>.

#### 4.4. O poder de ordenar

*Mas tudo deve ser feito com decência e ordem* (1, Coríntios, 14-40).

De modo geral, o ato de ordenar consiste em dispor elementos de uma forma organizada, ou seja, a partir de critérios coerentes e consistentes. Em outras palavras, ordenar é arrumar, organizar fisicamente algo. A ordenação é uma decorrência de natureza pragmática do processo de categorização, e visa a garantir que a informação tenha «portabilidade no espaço e permanência no tempo» (Smit e Barreto 2002, p. 9). Uma ordenação documental pode ocorrer de diferentes formas, seja por assunto, por autor, por título em sequência cronológica (como no caso dos periódicos), por órgão produtor, ou por espécie/tipo documental. Essa ordenação visa a facilitar o acesso e promover a visibilidade de um conjunto documental.

É importante destacar que a ordenação documental, como também um «poder» conferido ao profissional que realiza os processos de ORC, necessita calcar-se em critérios claros e uniformes, coerentes tanto com o contexto da comunidade usuária

---

<sup>11</sup> Vignaux (1999) alerta que as categorizações muitas vezes são voltadas unicamente para fins de armazenamento, consistindo em um processo redutor, pois estabelece fronteiras. É importante que se considere, no entanto, que «as categorizações, quando aplicadas às coisas, servem a um fim autoritário de armazenamento, que constitui um processo redutor, pois estabelece fronteiras. No entanto, e ainda que consciente dessa limitação, é importante se ter claro o fim pragmático da organização e representação do conhecimento em arquivo e bibliotecas que necessita de instrumentos minimamente consistentes para permitir o processo comunicativo que esse estabelece entre a busca, a organização e a recuperação e uso da informação» (Vignaux 1999).



quanto com o contexto institucional (em especial, como o objetivo da instituição). Assim, a ordenação em uma biblioteca de investigação, por exemplo, dará especial atenção ao critério temático da documentação e aos autores envolvidos, pois é a partir daí que se dão as buscas por parte do usuário (sem prejuízo de outros critérios secundários, como o critério cronológico no caso de obras em diferentes edições), ao passo que em um arquivo essa ordenação decorre da maneira como o profissional percebe e representa o processo de produção documental no contexto da estrutura e funcionamento do órgão produtor.

Johanna Smit (1998), fazendo alusão ao caso dos restaurantes que, como recurso de qualidade e confiabilidade de seus produtos e serviços, exibem a placa «Visite nossa cozinha» em suas salas, alerta para o direito que o usuário tem de estar ciente de como uma da informação foi processada e ordenada (quais os critérios utilizados, qual a lógica predominante), para que possa efetivamente compreender a informação que lhe está sendo apresentada. Desse modo, a clareza, para o usuário, dos critérios utilizados no exercício do «poder de ordenar» traz ainda mais confiabilidade e justificativa ética a tal poder.

#### **4.5. O poder de difundir, de socializar**

Considerando que todos os processos de ORC em unidades de informação se prestam primordialmente ao estabelecimento de uma dimensão comunicativa entre produtor e usuário de conhecimento tendo em vista a construção de um novo conhecimento, há de se ter em conta que notadamente os processos da representação, ao criarem substitutos do conhecimento, sedimentam, e evidenciam uma forma de materialização de um conteúdo, materialização essa que, via de regra, se manifesta nos produtos de ORC, tais como os índices e descritores, e se perpetua e acaba por muitas vezes suplantam o próprio documento original, como é o caso dos resumos — representação analítico-textual do conhecimento — que por vezes trilham caminho distintos do documento original, quando incluídos em bibliografias ou bases de dados, entre outros (Guimarães 2024).

Desse modo, não apenas o documento-fonte constitui o reflexo de um poder de autores e editores difundirem e socializarem um conhecimento, mas, também, os descritores e resumos como produtos da ORC, igualmente se prestam a tal mister e, para tanto, são veículos do exercício de um poder.

### **5. DOS PODERES EXCLUDENTES EM ORC**

Como destacam Mostafa e Sabbag (2016, p. 21), «podemos considerar que, por não serem neutras, a ORC pode funcionar como um procedimento de exclusão a serviço da produção do discurso».

Desse modo, os poderes excludentes em ORC são exercidos de forma inadvertida — quando o profissional crê ingenuamente na neutralidade dos processos e instrumentos envolvidos — ou deliberadamente, por conta de convicções e crenças hegemônicas.

Seja de uma forma ou de outra, tais poderes têm consequências extremamente danosas, principalmente ao usuário que pode, no limite, sentir-se excluído do sistema, perdendo a confiança nos processos representacionais. Para tanto, é importante que o profissional tenha consciência dos riscos envolvidos.

### 5.1. O poder de pré-conceber

*There is no prejudice so strong as that which arises from a fancied exemption from all prejudice* (William Hazlitt).

Para que se possa abordar esse «poder», necessário se torna recorrer à questão das representações sociais, inerentes a toda atividade humana, enquanto construções simbólicas que, oriundas de nossas percepções de mundo, decorrem de elementos sensoriais e culturais que visam a atribuir sentido às coisas que nos rodeiam, conduzindo sucessivamente a ideias, palavras e discursos (Vignaux 1999; Pinto 2019, p. 149). Segundo Baptista (2021), as distintas áreas do conhecimento procedem a diferentes tipos de análise para fins de representação, tais como a crítica de arte (Artes Plásticas), a hermenêutica (Direito e Teologia), a exegese (Filosofia), a análise do discurso (linguística), a anamnese (Medicina), a crítica literária (Literatura), as análises morfológica e sintática (Gramática) e a descrição, condensação e representação documental (Ciência da Informação). A isso alia-se, por exemplo, a análise de conteúdo (Ciências Sociais), ou ainda as análises bibliométricas, cientométricas, webométricas, infométricas e altmétricas (ainda na Ciência da Informação).

Utilizado em diversos setores das ciências humanas (e indo mesmo para além delas), o termo representação reflete as modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos, podendo ser abordada a partir dos processos interagentes e dos produtos daí decorrentes. No entanto, um desafio que se coloca reside na identificação de seus limites, contornos, escopo, abrangência, referentes, mecanismos, práticas e processos (Jodelet 1989; Mannoni 2006; Flament 1989; Ehrlich, Tardieu e Cavazza 1993).

A questão das representações sociais constitui tema importante no âmbito do «poder de nomear», na medida em que se pode, inadvertida ou intencionalmente, adentrar no terreno dos preconceitos e estereótipos que, «refletem, em um dado momento, o ponto de vista prevalente em um grupo relativamente a determinados assuntos» buscando estabelecer uma imagem supostamente válida para todas as

situações, «e que se imponha como um valor atributivo ou predicativo» (Mannoni 2006, p. 23). Nesse contexto, os preconceitos partem de ideias pré-concebidas baseadas «em um esquema que necessita sublinhar traços redutores e caricaturais», ao passo que os estereótipos «são clichês mentais estáveis, constantes e pouco suscetíveis de modificação»<sup>12</sup>. Em ambos os casos, tem-se um reducionismo que se manifesta por meio de exclusões e rejeições (Mannoni 2006, pp. 24-25). A isso pode-se aliar, igualmente como elementos redutores e excludentes, o senso comum, as crenças e as superstições.

As representações permeadas por preconceito e estereótipos, quando disseminadas e estabilizadas em um dado grupo social podem dar margem ao proselitismo, em que se busca convencer os demais a partir das convicções até então assentadas (Guimarães 2017).

No âmbito da ORC, Sanford Berman (1971) foi pioneiro ao alertar especificamente sobre os perigos do preconceito nos processos (classificação, indexação, etc.) e instrumentos (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, etc.) envolvidos.

O preconceito, enquanto atitude, pauta-se em um sentimento e nos predispõe a um comportamento negativo referente a um grupo de pessoas. Quando ele assume a intensidade da intolerância, ele pode dar margem à propagação do ódio. Via de regra, o preconceito se manifesta a partir opiniões formadas sem uma prévia análise de fatos relevantes — razão pela qual é um pré-conceito —, ainda que muitas vezes as pessoas, já movidas pelo preconceito, podem examinar tão somente os fatos que corroboram suas próprias e prévias convicções. Suas causas são de diferente ordem, tais como frustrações, ameaças à autoestima, e competição por *status*, riqueza e poder de um grupo, entre outras. A isso se aliam fenômenos como o elitismo e a denominada «atitude de soma nula» em que se crê que um ganho individual leva a uma perda para outro, de tal modo que compartilhar poder leva a que se tenha menos poder (Koppelman e Goodhart 2005).

A perpetuação do preconceito decorre da tendência de racionalizá-lo, buscando justificativas para ele e para os comportamentos negativos que promove. Essa racionalização, segundo Vega (1978, pp. 11-17), pode assumir três formas: negação («denial»), culpabilização da vítima («victim-blaming») e distanciamento («avoidance») e evidencia que o preconceito não é algo inerente à natureza humana, mas aprendido nas relações sociais e muitas vezes constitui fator de resistência a mudanças, levando à sua perpetuação.

---

<sup>12</sup> Para Ashmore e Del Boca (1979), os estereótipos possuem natureza cognitiva, pautando-se em convicções, crenças, julgamentos, percepções, suposições, atributos e expectativas, os quais são partilhados por indivíduos ou grupos destes.

Se, por um lado, o preconceito é difícil de ser eliminado, por outro, ele pode — e deve — ser reconhecido e assumido, levando a um redirecionamento de atitude, o que pode ser alcançado por meio da «provisão de informação precisa, por experiências educacionais afetivas, pela aprendizagem formal e informal, e pelo estabelecimento de políticas e práticas equitativas» (Koppelman e Goodhart 2005, p. 56)<sup>13</sup>.

Por fim, há de se considerar que o «poder de pré-conceber» na ORC pode dar origem a outro «poder», o de segregar, de consequências igualmente danosas ao usuário, ao sistema e ao próprio profissional pois, como destacam Mostafa e Sabbag (2016, p. 21):

*Os sistemas de classificação do conhecimento, a indexação, a classificação, a catalogação, e tantos outros produtos, processos e instrumentos podem servir como procedimento de exclusão, e, como outros sistemas de exclusão, estão amparados por um suporte institucional, seja ele a biblioteca ou o arquivo.*

Cabe destacar que tais situações decorrem, no mais da vezes, por conta de preconceitos embutidos nas distintas estruturas sociais, como se observa no exemplo fornecido por Hope Olson (2002) de uma situação ocorrida com Marilena Fina, em 1972 que, buscando documentos sobre populações latinas em um catálogo de bibliotecas, encontrou esse tema subordinado ao cabeçalho «Serviços bibliotecários a populações socialmente incapacitadas».

## 5.2. O poder de ocultar

Se, por um lado, o poder de nomear pode servir positivamente a evidenciar, socializar, monumentalizar e propiciar acesso a um conteúdo, por outro, e notadamente a partir de vieses negativos (*biases*), no mais das vezes permeados por questões ideológicas, pode se prestar à ocultação e à negação do acesso. Exemplo disso reside em instituições religiosas que, por questões ideológicas, proíbem os profissionais da informação a indexarem documentos sob descritores como aborto, ainda que os documentos tratem disso (Guimarães 2007).

Tal poder, pode afetar diretamente as práticas de difusão e socialização do conhecimento na medida em que afeta diretamente o processo comunicativo relativamente a uma comunidade receptora — que, por essência, é diversa e multifacetada. Isso ocorre, por exemplo, quando determinada comunidade não se vê contemplada por uma política de difusão e socialização do conhecimento, como em uma biblioteca que, em uma comunidade amplamente povoada por pessoas negras, vale-se de

<sup>13</sup> Mannoni (2006), como já mencionado, inclui, ao lado dos preconceitos, os estereótipos, os clichês, o senso comum, e as crenças e superstições enquanto elementos redutores que operam ao nível de exclusões e de atitudes de aceitação ou rejeição do outro.

representações unicamente pautadas em um contexto racial branco sem, no entanto, estabelecer múltiplas possibilidades de representação e acesso, por meio, por exemplo, da remissivas, relação de equivalência e relações associativas nos instrumentos e nos produtos de representação do conhecimento.

«O poder de ocultar pode, no limite, levar a situações de epistemicídio, entendido como a assassinato, o silenciamento, a aniquilação ou depreciação de uma maneira de saber» (Patin et al. 2020). A esse respeito, e especificamente no âmbito da ORC, El Hadi, Elbeely e Abdelwahab (2023) trazem um esclarecedor exemplo, ocorrido nas civilizações dos reinos da Núbia e de Kushite, às margens do rio Nilo, em que situações de racismo, marginalização e discriminação levaram ao apagamento de toda uma herança cultural incluindo-a genericamente em representações da civilização egípcia.

Esse poder tem efeito especialmente devastador pois, como destacam Patin et al. (2021), os profissionais da informação têm sobre si a expectativa social de que efetivamente promovam a coleta, preservação e a transmissão do conhecimento para futuras gerações. Assim, «se um bibliotecário do século XIX evitou coletar certos conhecimentos com base no que aprendeu no sistema educacional de Biblioteconomia daquela época, é provável que a geração do século XXI tenha acesso limitado a outros conhecimentos do século XIX não são preservados em bibliotecas» (Patin et al. 2021).

Desse modo, o acesso à informação no futuro fica na dependência de um poder de decidir o que deve ser preservado, tratado e difundido e o que não deve sê-lo, sendo, pois, suscetível à produção de danos (Patin et al. 2021, pp. 1312-1313).

## CONCLUSÃO

Como se pode observar, o «poder de nomear», pioneiramente enunciado e descrito por Olson (2002), assume uma dimensão multifacetada e complexa na ORC, na medida em que pode se prestar tanto à inclusão quanto à exclusão e, neste último caso, gerar danos de diferentes ordens.

Isso leva à necessidade de que os profissionais envolvidos com o desenvolvimento dos processos, a concepção e utilização dos instrumentos e a geração dos produtos de ORC estejam conscientes do poder que possuem e das consequências e limites desse poder.

Como destacam Martins e Côrtez (2019, p. 160), tem-se uma responsabilidade de natureza social e ética desse profissional na medida em que está «assumindo posição de decisão e deliberação quanto às representações que irá realizar», em cujo âmbito valores como a priorização da figura do usuário, a precisão na representação e o respeito aos contextos de produção e uso da informação (e às diferenças e diversidades envolvidas), entre outros, são essenciais.

Tudo isso contribui para que se busque uma justiça informativa global em que os processos interpretativos — como os da ORC — se prestem à construção de inter-conexões de natureza social e cultural (Samek 2008).

Se, por um lado, o profissional da informação, no uso de seu esse multifacetado poder de nomear pode — e deve — prestar-se, como anteriormente argumentado, a mediar, evidenciar, monumentalizar, categorizar, ordenar, difundir e socializar conhecimentos, por outro lado, deve estar ciente — e evitar a todo custo — dos riscos envolvidos — na pré-concepção, no preconceito e na ocultação, pois estes, no mais das vezes decorrentes de desvios éticos, podem levar a danos irreversíveis com consequências dramáticas, como os impactos sobre direitos e liberdades individuais, sobre a memória coletiva e sobre a identidade nacional, muitas vezes levando a situações limite como a injustiça epistêmica e o epistemicídio (Fricker 2007; El Hadi, Elbeely e Abdelwahab 2023).

Isso leva ao dever ético de discernir, na medida em que esse profissional necessita estar atento às narrativas dos discursos dominantes, sejam eles no presente ou mesmo aqueles que, já não mais dominantes, tiveram presença no passado e eventuais impactos no presente.

Em suma, o problema configura-se complexo e os desafios para enfrentá-lo não são poucos, mas acredita-se que um melhor conhecimento das configurações, desdobramentos e consequências desse poder de nomear possa contribuir para que o profissional da informação tenha maior clareza do papel social da ORC e dos compromissos éticos que lhe são inerentes.

## REFERÊNCIAS

- ALPORT, Gordon W., 1979. *The nature of prejudice*. 25<sup>th</sup> Anniversary Edition. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company.
- ARMENGAUD, Françoise, 2007. *La pragmatique*. 5.<sup>a</sup> ed. Paris: PUF.
- ASHMORE, Richard D., y Frances K. DEL BOCA, 1979. Sex stereotypes and implicit personality theory: toward a cognitive-social psychological conceptualization. *Sex Roles: A Journal of Research* [Em linha]. 5(2), 219-248 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00287932>.
- BAPTISTA, Dulce Maria, 2021. *Introdução à análise da informação*. Brasília: Tagore.
- BARITÉ, Mario, 2001. Organización del conocimiento: un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecología y documentación. Em: K. CARRARA, ed. *Educación, universidad e pesquisa*. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, pp. 35-60.
- BEGHTOL, Clare, 2005. Ethical Decision-Making for Knowledge Representation and Organization Systems for Global Use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [Em linha]. 56(9), 903-912 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.20184>.
- BEGHTOL, Clare, 2002. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. Em: M. J. LÓPEZ-HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge representation and organization for the first century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: Ergon, pp. 45-49.
- BERMAN, Sanford, 1971. *Prejudices and antipathies: a tract of Library of Congress Subjects Headings concerning people*. Metuchen: Scarecrow Press.

- BLACKBURN, Simon, 1997. *Dicionário Oxford de filosofia*. Trad. Desidério Murcho, et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BORLUND, Pia, 2003. The concept of relevance in information retrieval. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 54, 913-925.
- BRÍGIDO, Edimar Inocêncio, 2013. Michel Foucault: uma análise do poder. *Revista de direito econômico e socioambiental*. 4(1), 56-75.
- CAMPBELL, D. Grant, 2000. Queer Theory and the Creation of Contextualized Subject Access Tools for Gay and Lesbian Communities. *Knowledge Organization*. 47(3), 122-131.
- CAMPOS, M. L. de Almeida, Hagar E. GOMES, e L. de Lira e OLIVEIRA, 2013. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. *Datagramazero*. 14(13), art. 01.
- CAPURRO, Rafael, e Birger HJØRLAND, 2003. The concept of information. Em: Blaise CRONIN, ed. *Annual Review of Information Science and Technology*. Medford (N.J.): Information Today, pp. 343-411.
- CAUNE, Jean, 1999. *Pour une éthique de la médiation: le sens des pratiques culturelles*. Grenoble: PUG.
- DAHLBERG, Ingetraut, 2014. What is Knowledge Organization? *Knowledge Organization*. 41(1), 85-91. (Brief Communication). With a correction in vol. 41(2), 188.
- DAHLBERG, Ingetraut, 2006. Knowledge Organization: A New Science? *Knowledge Organization*. 33(1), 11-9.
- DAHLBERG, Ingetraut, 1993. Knowledge Organization: Its Scope and Possibilities. *Knowledge Organization*. 20(4), 211-222.
- DAHLBERG, Ingetraut, 1992. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. *International Classification*. 19(1), 1-2.
- DAHLBERG, Ingetraut, 1978. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. 7(2), 101-107.
- DODEBEI, Vera, 2000. Construindo o conceito de documento. Em: Maria Tereza T. B. LEMOS, e Nailton Neves MORAES, org. *Memória, identidade e representação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 59-66.
- DUBUC, René, 1965. *La classification decimale universelle: manuel pratique d'utilisation*. Paris: Gauthier-Villars.
- EDMONDS, Bruce, 1999. The pragmatic roots of context. Em: P. BOUQUET, et al., org. *Modeling and Using Context. Proceedings of the Second International and Interdisciplinary Conference, CONTEXT'99*. Berlin; Heidelberg; New York: Springer, vol. 1688, pp. 119-132.
- EHRlich, Marie-France, Hubert TARDIEU, e Marc CAVAZZA, 1993. *Les modèles mentaux: approche cognitive des représentations*. Paris: Masson.
- EL HADI, Widad Mustafa, Sarah Hassan ELBEELY, e Shadia Abdrabo ABDELWAHAB, 2023. How Racism Leads to Epistemicide or Murder of Knowledge? A Case Study of Tangible and Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan. *Knowledge Organization*. 50(6), 391-406.
- FERRATER MORA, J., 2001. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Maria Stela Gonçalves, et al. São Paulo: Edições Loyola, Tomo II (E-J).
- FLAMENT, Claude, 1989. Structure et dynamique des représentations sociales. Em: Denise JODELET, dir. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, pp. 224-239.
- FOUCAULT, Michel, 2014. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paze Terra.
- FRICKER, Miranda, 2007. *Epistemic injustice: power and ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis, 2018. Por uma economia política da organização do conhecimento. *Liinc em Revista*. 14(2), 109-117.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis, 2002. Knowledge organization from a “culture of border”: towards a transcultural ethics of mediation. Em: Maria José LÓPEZ HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: Ergon, pp. 516-522.



- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2024. O Resumo Documental com o Estrutura Lógica na Organização do Conhecimento. Em: Maria Manuel BORGES, org. *Tendências e Desafios na Organização do Conhecimento: Homenagem a Maria da Graça Simões*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 1, pp. 83-94.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2017. Slanted Knowledge Organization as a New Ethical Perspective. Em: *The Organization of Knowledge: Caught between Global Structures and Local Meaning* [Em linha]. Leeds: Emerald Publishing Limited, vol. 12, pp. 87-102 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.1108/S2055-537720170000011012>.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2008. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. Em: M. S. L. FUJITA, e J. A. C. GUIMARÃES, org. *Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 33-44.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2007. *Aspectos éticos em tratamento temático da informação*. Marília: Unesp (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2006. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. Em: Maria Nélida GONZÁLEZ DE GOMEZ, e Evelyn Goyannes Dill ORRICO, ed. *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento* [Em linha]. Natal: EDUFRN, pp. 237-264 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/361778470\\_Aspectos\\_eticos\\_em\\_organizacao\\_e\\_representacao\\_do\\_conhecimento\\_ORC](https://www.researchgate.net/publication/361778470_Aspectos_eticos_em_organizacao_e_representacao_do_conhecimento_ORC).
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2000. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. Em: M. L. P. VALENTIM, ed. *Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, pp. 53-70.
- HAN, Byung-Chul, 2019. *O que é poder?* Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Editora Vozes.
- HERB, Karlfriedrich, 2013. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. *Revista Brasileira de Ciência Política* [Em linha]. 10(abr.), 267-284 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000100008>.
- HJØRLAND, Birger, 2017. Domain Analysis. Em: B. HJØRLAND, e C. GNOLI, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2025-07-01]. Disponível em: [http://www.isko.org/cyclo/domain\\_analysis](http://www.isko.org/cyclo/domain_analysis).
- HJØRLAND, Birger, 2008. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*. 35(2/3), 86-101.
- HJØRLAND, Birger, 2004. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*. 30(3), 17-21.
- HJØRLAND, Birger, 2002a. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*. 58(4), 422-462.
- HJØRLAND, Birger, 2002b. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 53(4), 257-270.
- HJØRLAND, Birger, e Hanne ALBRECHTSEN, 1995. Toward a new horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of the American Society for Information Science*. 46(6), 400-425.
- JODELET, Denise, 2001. Representações Sociais: um Domínio em Expansão. Em: D. JODELET, org. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, pp. 17-29.
- JODELET, Denise, 1989. Representations sociales: un domaine en expansion. Em: D. JODELET, org. *Les representations sociales*. Paris: PUF, pp. 45-78.
- KAISER, Julius Otto, 1911. *Systematic indexing*. London: Isaac Pitman & Sons.
- KOPPELMAN, Kent L., e R. Lee GOODHART, 2005. *Understanding human differences: multicultural education for a diverse America*. Boston: Pearson.

- LE GOFF, Jacques, 1994. Documento/monumento. Em: Jacques LE GOFF. *História e memória*. 3.<sup>a</sup> ed. Campinas: Ed. Unicamp.
- LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira, 2010. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. *Perspectivas em Ciência da Informação*. **15**(2), 108-122.
- LIQUIÈTE, Vincent, 2010, org. *Médiations*. Paris: CNRS.
- LÓPEZ-HUERTAS, Maria José, 2008. Some current research questions in the field of Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. **35**(2/3), 113-136.
- MACHADO, Roberto, 2007. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MANNONI, Pierre, 2006. *Les répresentations sociales*. 4.<sup>a</sup> ed. Paris: PUF.
- MARTINS, Gracy Kelli, e Gisele Rocha CÔRTEZ, 2019. A representação da informação e do conhecimento e as representações sociais: intersecções e limites. Em: M. E. Baltar C. de ALBUQUERQUE, Gracy Kelli MARTINS, e Denysson Axel R. MOTA, org. *Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais*. João Pessoa: Ed. UFPB, pp. 159-182.
- MARTINS, Maria Helena Pires, 1994. A ética em questão. *Palavra-chave*. **8**(out.), 3-4.
- MOSTAFA, Solange Puntel, e Deise SABBAG, 2016. A relação saber-poder na organização e representação do conhecimento. *Scire*. **22**(1), 15-24.
- MOTA, Denysson A. Ribeiro, e Nair Yumiko KOBASHI, 2019. Representação e recuperação de informações: contexto, relevância e pertinência. Em: M. E. Baltar C. de ALBUQUERQUE, Gracy Kelli MARTINS, e Denysson Axel R. MOTA, org. *Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais*. João Pessoa: Ed. UFPB, pp. 182-201.
- OLSON, Hope A., 2002. *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer.
- PATIN, Beth, et al., 2021. Interrupting Epistemicide: A Practical Framework for Naming, Identifying, and Ending Epistemic Injustice in the Information Professions. *Journal of the Association for Information Science and Technology* [Em linha]. **72**(10), 1306-1318 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.24479>.
- PATIN, Beth, et al., 2020. Toward Epistemic Justice: An Approach for Conceptualizing Epistemicide in the Information Professions. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology* [Em linha]. **57**(1), e242 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.1002/pra2.242>.
- PINHO, Fábio Assis, e José Augusto Chaves GUIMARÃES, 2012. Male homosexuality in Brazilian indexing languages: some ethical questions. *Knowledge Organization*. **39**(5), 363-369.
- PINTO, Virgínia Bentes, 2019. Uammirada sobre a repreentyação kantiana e sua contribuição par aa reprentação indexal. Em: M. E. Baltar C. de ALBUQUERQUE, Gracy Kelli MARTINS, e Denysson Axel R. MOTA, org. *Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais*. João Pessoa: Ed. UFPB, pp. 147-158.
- RABELLO, Rodrigo, 2009. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista (Unesp).
- RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita, 1967. *Prolegomena to Library Classification*. 3.<sup>a</sup> ed. Bombay: Asia publ. House.
- RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita, 1933. *Colon Classification*. Madras: Madras Library Association.
- RASCHE, Francisca, 2005. Questões éticas para bibliotecários. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. **10**(19), 21-33.
- ROBBINS, Louise S., 2000. *The Dismissal of Miss Ruth Brown: civil rights, censorship, and the American library*. Norman: University of Oklahoma Press.
- ROBREDO, Jayme, 2003. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus, SSRRI Informações.
- SAMEK, Toni, 2008. *Biblioteconomía y derechos humanos: um guia para el siglo XXI*. Gijón: Trea.

- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo, 1975. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHWARTZ, Joan M., e Terry COOK, 2002. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science*. 2, 1-19.
- SEVERINO, Antônio Joaquim, 1994. *Filosofia*. São Paulo: Cortês.
- SILVA, Cláudio Roberto da, 2004. *Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias*. Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Biblioteconomia, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- SMIRAGLIA, Richard P., 2012. Epistemology of domain analysis. Em: R. P. SMIRAGLIA, e H.-L. LEE, ed. *Cultural frames of knowledge*. Würzburg: Ergon, pp. 111-124.
- SMIT, Johanna W., 1998. Visite nossa cozinha. *Palavra-chave*. 10(abr.), 8.
- SMIT, Johanna W., e Aldo de Albuquerque BARRETO, 2002. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. Em: Marta Lúcia VALENTIM, org. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, pp. 9-24.
- SMITH, Martha, 1997. Information ethics. *Annual review of information science and technology*. 32, 339-366.
- SOUZA, Francisco das Chagas de, 2007. Ética bibliotecária no contexto atual. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 12(1), 136-147.
- SROUR, Robert Henry, 1998. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus.
- VAN DIJK, Teun A., 1997. Context and cognition: knowledge frames and speech act comprehension. *Journal of Pragmatics*. 1(3), 211-232.
- VAN DIJK, Teun A., 1992. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.
- VEGA, Flavio, 1978. *The effect of human and intergroup relations education on the race/sex attitudes of education majors*. PhD Dissertation, University of Minnesota.
- VIGNAUX, Georges, 1999. *Le démon du classement. Penser et Organiser*. Paris: Éditions du Seuil.
- WEBER, Max, 1922. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: Mohr.
- WECKERT, John, e Douglas ADENEY, 2000. *Ética informática y las ciencias de la información*. Madrid: Fragua.



INCLUSÃO E DIVERSIDADE  
EM ORGANIZAÇÃO  
DO CONHECIMENTO

